

**POLÍTICA DE SEGURANÇA DA  
INFORMAÇÃO**  
**SPN Gestão de Investimentos Ltda.**  
*Dez/2024*

## 1. INTRODUÇÃO

A Política de Segurança da Informação tem por objetivo estabelecer as regras, procedimentos e controles da GESTORA para proteger as informações sob sua guarda ou de sua propriedade, garantindo que os recursos computacionais e os registros sejam, disponíveis, íntegros, confidenciais, legais, autênticos e auditáveis, de acordo com as leis, regulamentações e autorregulamentações aplicáveis.

São considerados para essa Política todos os programas de informática desenvolvidos pela própria equipe da GESTORA, ou exclusivamente para a GESTORA, tais como e-mails, sistemas instalados nos computadores de propriedade da GESTORA, bem como bancos de dados que a GESTORA utilize para o armazenamento de suas informações.

Os equipamentos e computadores de propriedade da GESTORA, bem como os bancos de dados utilizados pela GESTORA, que forem disponibilizados aos Integrantes GESTORA deverão ser utilizados de forma a atender exclusivamente às finalidades sociais da GESTORA.

Assim sendo, a presente Política deverá ser seguida por todos os seus Colaboradores, independentemente do nível hierárquico ou função na instituição, bem como de vínculo empregatício, societário ou prestação de serviços.

## 2. CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

Toda classificação de dados deve ser realizada quando a informação for gerada ou, sempre que necessário, em momento posterior. É preciso saber claramente quais são os dados que estão sendo manipulados e o seu propósito, além de garantir a sua proteção.

O nivelamento da classificação aprovado pelo Comitê de Risco e Compliance, se apresenta da seguinte maneira:

- **Público** - todo o conteúdo de todos os documentos é visualizado por qualquer colaborador da GESTORA.
- **Restrito** - o acesso ao conteúdo é restrito a determinadas áreas ou funções dentro da GESTORA.
- **Sigiloso** - o acesso ao conteúdo é exclusivo às pessoas a quem for atribuída permissão específica.

| Grau de sigilo | Impacto causado pela quebra da confiabilidade                                                                                                                              |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Público        | Sem impacto                                                                                                                                                                |
| Restrito       | Dano médio, podendo ocasionar dano colateral não desejado                                                                                                                  |
| Sigiloso       | Dano grave/severo, podendo causar sérios danos à instituição (afetando a imagem, gerar prejuízo financeiro, impactar nas operações e inviabilizar objetivos estratégicos). |

Como parte do processo de manter o acesso adequado às informações, a Gestora desenvolveu o Mapa de Acessos, documento em que são elencadas todas as pastas disponíveis na rede interna e os respectivos Grupo de Sócios e Colaboradores que podem acessá-las, de acordo com a classificação dos dados disponíveis na pasta e função desempenhada na SPN.

Para a realização da classificação devem ser considerados quatro aspectos importantes, são eles:

- **Integridade** - informação atualizada, completa e mantida por pessoal autorizado.
- **Disponibilidade** - disponibilidade constante e sempre que necessário para pessoal autorizado.
- **Valor** - a informação deve ter um valor agregado para a instituição.
- **Confidencialidade** - acesso exclusivo por pessoal autorizado.

A revisão do mapa ocorre semestralmente, ou quando se fizer necessário.

### 3. RISCO

A GESTORA entende que o gerenciamento dos riscos em segurança da informação é um processo cíclico e dinâmico que requer uma constante participação de todas as pessoas. Devido ao fato de ser um processo cíclico, está em constante evolução e aprimoramento mediante a comparação dos resultados do processo com os resultados esperados e realização de ajustes para melhorar os resultados.

O processo de gerenciamento do risco está baseado nas seguintes etapas:

- Identificação dos ativos críticos;
- Levantamento e avaliação dos riscos associados a esses ativos;
- Criação de um plano para o tratamento desses riscos;
- Execução do plano de tratamento de riscos.

O processo é cíclico, no sentido de que, após a execução do plano de tratamento de riscos, o novo nível de risco deve ser comparado com o nível avaliado inicialmente.

A informação resultante dessa comparação deve ser utilizada para iniciar novamente o processo.

O processo é dinâmico também no sentido de que os ativos críticos de informação mudam ao longo do tempo e, portanto, devem ser avaliados periodicamente para manter a sua identificação atualizada com os processos de negócio.

#### 4. TESTES DE PENETRAÇÃO REGULARES DE SEGURANÇA

A realização de testes de penetração (pentests) na GESTORA, tem como objetivo identificar e corrigir vulnerabilidades de segurança em sistemas, redes e aplicações.

##### Planejamento e Escopo:

- Definir o escopo do pentest, incluindo os sistemas, redes e aplicações a serem testados.
- Estabelecer os objetivos do pentest, como identificar vulnerabilidades críticas, avaliar a eficácia dos controles de segurança e testar a resposta a incidentes.
- Obter aprovação formal do escopo e dos objetivos do pentest pelo Comitê de Risco e Compliance.

##### Responsabilidades

- **Comitê de Risco e Compliance:**
  - Aprovar o escopo e os objetivos dos pentests.
  - Revisar e aprovar os relatórios de pentest e os planos de ação para mitigação de vulnerabilidades.

- **Departamento de TI:**
  - Coordenar a execução dos pentests e garantir a conformidade com as políticas de segurança.
  - Implementar as correções e realizar testes de verificação das vulnerabilidades identificadas.
- **Provedores de Pentest:**
  - Conduzir os testes de penetração de acordo com o escopo e os objetivos definidos.
  - Fornecer relatórios detalhados e recomendações para mitigação das vulnerabilidades.

## 5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 5.1 COMITÊ DE RISCO E COMPLIANCE

#### 5.1.1 Responsabilidades

- Discutir, elaborar e aprovar as políticas, normas e procedimentos gerais relacionados à Segurança da Informação;
- Designar, definir ou alterar as atribuições da função de Segurança da Informação;
- Analisar os riscos identificados e aprovar os controles requeridos para o tratamento de tais riscos.
- Apoiar a implantação de soluções para eliminação ou minimização dos riscos;
- Estabelecer uma relação consistente das estratégias de negócios e da Tecnologia da Informação com os aspectos de segurança;
- Gerenciar a realização de Análise Crítica do SGSI (Sistema de Gestão de Segurança da Informação);
- Tratar todos os assuntos relacionados à segurança;
- Definir responsabilidades e autoridades relacionadas a ela;
- Definir necessidades para os negócios da GESTORA, no aspecto da Segurança;
- Comunicar aos componentes da estrutura organizacional da GESTORA quanto à importância de atender aos objetivos e requisitos legais relacionados ao SGSI.
- Garantir o atendimento às políticas de gestão e aos objetivos do SGSI;
- Aprovar as iniciativas para a melhoria contínua do Sistema;
- Prover recursos para a gestão, operação e monitoramento adequado das atividades do SGSI;
- Suportar perante toda a organização as iniciativas da função de Segurança da Informação;
- Garantir a contínua manutenção da Política de Segurança da Informação;
- Garantir a contínua análise e realimentação dos resultados da gestão de riscos ao SGSI.

Faz parte do comprometimento do Comitê de Segurança as aprovações dos documentos oriundos do SGSI, aprovação de aquisição de recursos para a melhoria do Sistema e clareza dos objetivos do SGSI através da Política de Segurança da Informação.

Eventualmente, para reforçar esse comprometimento, e-mails oriundos do Comitê de Segurança podem ser enviados à corporação.

O **Comitê do SGSI** é responsável por definir as medidas disciplinares cabíveis em caso de não cumprimento das políticas e procedimentos da Segurança da Informação.

A **Diretoria de Risco e Compliance** é responsável por rever o impacto trabalhista do Framework de Segurança para os funcionários, contratados, terceirizados, trabalhadores temporários e aqueles designados por terceiros para executar trabalhos nas instalações da GESTORA.

O **Comitê do SGSI** é responsável por rever os aspectos legais do Framework de Segurança e, quando necessário, prover o suporte legal para a função de Segurança da Informação nos tratamentos aos incidentes entre outros.

Adicionalmente, o **Comitê do SGSI** é responsável por garantir que o Framework de Segurança esteja em conformidade com as leis e requerimentos regulatórios e informar quando for necessário a inclusão de novos controles para cumprimento de leis e regulamentações, de acordo com o escritório jurídico definido para o apoio à decisão. Especificamente, também é responsável pela identificação de requerimentos legais e regulatórios relacionados com a proteção da privacidade.

O **Security Officer** é responsável pela segurança da informação e deve assegurar o gerenciamento adequado do SGSI para a GESTORA.

A **Área de TI** é responsável pela identificação, apresentação, sustentação, escolha, implantação e manutenção dos controles tecnológicos que apoiam a proteção da informação de todos os departamentos dentro da GESTORA. A sua atuação é vital para a Segurança da Informação e deve estar alinhada com os objetivos de cada um dos departamentos e com os objetivos do negócio.

## 5.2 SECURITY OFFICER

### 5.2.1 Responsabilidades

- Produzir diretivas de segurança, regras e padrões a serem usados pelos colaboradores. Estes padrões de segurança local devem levar em conta aspectos como, por exemplo:
  - o Necessidades dos negócios da GESTORA;
  - o Regulamentações e leis locais;
  - o Padrões de Segurança alinhados pelo Comitê de Segurança de acordo com os requisitos e necessidades de Segurança da Informação da GESTORA;
- Desenvolver e promover programas de conscientização de segurança;
- Garantir que todos os gestores estejam cientes de suas próprias responsabilidades relacionadas à Segurança da Informação;
- Certificar-se que o processo de Gestão de Pessoas leva em conta os aspectos de Segurança da Informação ao contratar novos empregados ou em rescisão de contratos de trabalho;
- Revisar periodicamente o nível de segurança de sistemas internos, emitindo avisos após estas revisões. Analisar criticamente, em intervalos periódicos, o progresso dos planos de melhoria resultantes em conjunto com os gestores envolvidos;
- Manter-se atualizado com relação à tecnologia, legislação e novas ameaças;
- Analisar criticamente os incidentes de segurança mais significativos e gerenciar e/ou acompanhar as ações relacionadas à sua solução. Qualquer incidente de segurança mais importante deve resultar em uma análise realizada sob a autoridade do Security Officer;
- Representar a empresa, interna e externamente, nos assuntos relacionados ao SGSI;
- Gerenciar os processos do SGSI, na busca da melhoria contínua e alinhamento com a Diretoria;
- Realizar a coleta de dados e informações para a realização da Análise Crítica pelo Comitê de Segurança;
- Dar retorno dos resultados das análises críticas feitas pela direção, aos envolvidos visando providências;
- Acompanhar o sistema de ações corretivas e preventivas do SGSI;
- Garantir a contínua manutenção e atualização dos indicadores de desempenho dos processos do SGSI, estimulando melhorias e mudanças de metas;
- Definir e implantar um plano anual de melhorias de segurança;
- Certificar-se de que a Política de Segurança da Informação da GESTORA está implantada;
- Elaborar um mapa de recursos de segurança e mantê-lo atualizado;
- Efetuar o levantamento e análise dos riscos e mantê-lo atualizado;

- Assegurar que os padrões e os procedimentos de segurança definidos sejam respeitados e certificar-se também de que as medidas definidas sejam eficientes e estejam de acordo com as exigências, sem perder o foco dos indicadores estabelecidos;
- Definir e atualizar os indicadores de segurança da informação, que devem contemplar os riscos a que os sistemas de informação estão expostos.

### 5.3 GESTORES

#### 5.3.1 Responsabilidades

- Responsabilidade funcional sobre as suas áreas de operação;
- Responsabilidade de manter atualizada a definição dos ativos de informação e notificar em qualquer alteração no inventário de ativos de sua área;
- Implantar e monitorar a eficácia de procedimentos, instruções de trabalho e documentos quanto à proteção da Segurança da Informação;
- Informar/comunicar ao SGSI todos os fatos relacionados a riscos e incidentes relacionados às áreas de operação sob sua responsabilidade;
- Contribuir para implantação dos objetivos do SGSI e efetuar as medições necessárias por processos;
- Implantar as oportunidades de melhoria;
- Planejar a adoção de procedimentos do SGSI e monitorar sua eficácia;
- Garantir a contínua eficácia dos controles implantados para atender os requisitos do SGSI.

### 5.4 COLABORADORES

Todos os funcionários, terceiros e prestadores de serviço com funções dentro da estrutura da GESTORA.

#### 5.4.1 Responsabilidades

- Responsabilidade de notificar qualquer alteração no inventário de ativos de sua área;
- Conhecer e seguir os procedimentos pertencentes ao SGSI;
- Recomendar melhorias no SGSI para melhoria do processo geral de Segurança da Informação;
- Identificar qualquer incidente de segurança e reportá-lo ao seu gestor/contato direto dentro da GESTORA. No caso de terceirizados e prestadores de serviço reportar diretamente para o Departamento de Segurança da Informação;

- Todos os colaboradores têm a responsabilidade de proteger as informações a que tiverem acesso.

## 6. USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS PESSOAIS E CORPORATIVOS

### 1. Autorização e Registro:

- Todos os dispositivos móveis utilizados para acessar informações da GESTORA devem ser previamente autorizados e registrados pelo departamento de TI.
- Dispositivos pessoais devem ser cadastrados e aprovados antes de serem utilizados para fins corporativos.

### 2. Configuração de Segurança:

- Dispositivos móveis devem ter configurações de segurança adequadas, incluindo senhas fortes, criptografia de dados e bloqueio automático após um período de inatividade.
- É obrigatório o uso de software de segurança aprovado pela GESTORA, como antivírus e firewalls.
- Dispositivos móveis devem ser mantidos atualizados com as últimas versões de sistemas operacionais e aplicativos de segurança.
- Atualizações de segurança devem ser aplicadas imediatamente após a liberação.

### 3. Monitoramento e Auditoria:

- O departamento de TI deve monitorar e auditar regularmente os acessos remotos para identificar e responder a atividades suspeitas ou não autorizadas.
- Logs de acesso remoto devem ser mantidos e revisados periodicamente para garantir a conformidade com as políticas de segurança.

## 7. MONITORAMENTOS E TESTES

A GESTORA deve assegurar o funcionamento correto e contínuo dos mecanismos de controle descritos acima.

A GESTORA mantém inventários de hardware e software, verificando-os com frequência para identificar elementos estranhos à instituição. A Área Responsável da GESTORA deve diligenciar para manter os sistemas operacionais e softwares de aplicação atualizados.

A área de TI é responsável ainda por monitorar diariamente as rotinas de backup, executando testes regulares de restauração dos dados.

## 8. REVISÃO

A GESTORA deverá manter o programa de Segurança da Informação continuamente atualizado, identificando novos riscos, ativos e processos e reavaliando os riscos residuais.

Também realizará campanha de conscientização com o fim de garantir que todos os Colaboradores tenham as habilidades necessárias para proteger as informações como parte de suas responsabilidades por meio do Programa previsto na Política de Treinamento e Reciclagem da GESTORA.

O Responsável pela Segurança da Informação, em conjunto com o Comitê de Risco e Compliance, realizará a revisão e atualização desta Política periodicamente, no mínimo anualmente ou em prazo inferior sempre que algum fato relevante ou evento motive sua revisão antecipada.